

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2002 (do Sr Antonio Carlos Pannunzio)

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa seja oficiado ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República solicitação de informações sobre as providências que o governo brasileiro vem tomando para representar contra o governo dos Estados Unidos da América do Norte, junto à OMC, bem como sobre outras medidas, de cunho unilateral, inclusive, que possam defender os interesses do país, em função das recentes medidas protecionistas, que mais uma vez colocam em risco as exportações de aço planos para aquele mercado.

JUSTIFICAÇÃO

O departamento de Comércio dos Estados Unidos recomendou a adoção de novas tarifas, chamadas compensatórias, contra as importações de aço do Brasil e de mais dezenove países. As tarifas aplicadas ao aço brasileiro poderão chegar a 43,34%, o que inviabilizaria nossas exportações com sérias consequências para a produção nacional.

Nesse meio tempo, o presidente Bush sancionou, em Washington, a chamada Lei Agrícola, aprovada no Congresso.

Configura-se, claramente, o "terrorismo comercial" do presidente Bush, que segundo editorial de hoje do Estado de São Paulo não hesitará em devastar o mercado mundial se for necessário para atender os lobbies setoriais, pagando promessas de campanha, ou preparando a próxima.

O insuspeito Jornal Washington Post, em editorial assinala que "o Sr. Bush assinou uma lei agrícola que representa um ponto baixo em sua presidência - uma perdulária medida de benefício empresarial que pune os contribuintes (americanos) e os povos mais pobres do mundo para subornar uns poucos eleitores".

O quadro que se nos apresenta é extremamente preocupante, em especial, considerando-se a atual conjuntura e as negociações para a eventual adesão à ALCA.

Plenário Franco Montoro, em 15 de maio de 2002.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

